




ESTADO DO PARANÁ



Folha 1

Órgão Cadastro: UNESPAR		Protocolo:
Em: 24/04/2020 13:22		16.549.742-2
CNPJ Interessado 1: 05.012.896/0001-42		
Interessado 1: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ		
Interessado 2: -		
Assunto: CONTRATO/CONVENIO		Cidade: PARANAVAI / PR
Palavras-chave: MINUTA		
Nº/Ano Documento: 60/2020		
Detalhamento: DOCUMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO 060/2020 - FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA/UNESPAR		
Código TTD: -		Para informações acesse: www.eprotocolo.pr.gov.br/consultapublica

1. IDENTIFICAÇÃO

Edital: CP 20/2018 PPP

2. CONCEDENTE

A FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, pessoa jurídica de direito privado de utilidade pública - Lei Estadual nº 13180/2001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.579.617/0001-00, sediada na Av. Comendador Franco, 1341, Jardim Botânico, Curitiba-PR, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor Ramiro Wahrhaftig, brasileiro, R.G. Nº 952291-3 SSP PR, CPF 321.770.549-15, residente e domiciliado à Rua Campos Sales, nº 782, CEP 80.030-376 ,Curitiba PR, e pelo Diretor de Administração e Finanças, Senhor Gerson Luiz Koch, brasileiro, R.G. Nº 754.751 PR, CPF nº 183.960.899-49, residente e domiciliado à Rua Jovino do Rosário, nº 448, CEP 85.540-115, Curitiba - PR, doravante denominada simplesmente CONCEDENTE, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Fundação Araucária.

3. CONVENENTE

Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR-Reitoria, sediada a Av. Pres. Lothário Meissner, Seti, 350, Bairro Jardim Botânico, CEP 80210-170, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.012.896/0001-42, representada por seu/sua Reitor Antonio Carlos Aleixo, CPF/MF nº 544.114.919-15 e portador(a) do RG nº 36.139.897, residente e domiciliado a Rua Egidio Cardoso de Lima, 268, CEP 87300-270, Curitiba - PR, doravante Denominada simplesmente CONVENENTE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto da UNESPAR, celebram este Convênio de acordo com as normas vigentes aplicáveis e de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

4. TÍTULO DO PROJETO

Vilas Rurais no Noroeste do Paraná: diagnóstico e perspectivas

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio a implementação do projeto protocolado sob o número: 51.391, mediante o repasse de recursos financeiros da concedente à convenente, contemplado no Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores Programa Primeiros Projetos – PPP (Convênio CNPq/Fundação Araucária), CHAMADA PÚBLICA 20/2018, prevista na Ata do CCT nº 24, de 25 de abril de 2018, publicada em 22 de outubro de 2018 e conforme resultado publicado em 10 de fevereiro de 2020.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETIVO - Apoiar a execução de projetos de pesquisa científica e tecnológica das Instituições de Ensino Superior, os Institutos de Pesquisa, públicas ou privadas, e as Organizações Sociais (Pessoas Jurídicas de Direito Privado-OS's) sem fins lucrativos, todos com sede e CNPJ no Estado do Paraná, a apresentarem, visando dar suporte à fixação de jovens pesquisadores e nucleação de novos grupos de pesquisa, nas diferentes áreas do conhecimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações dos partícipes:

I - DA CONCEDENTE:

a) Repassar a CONVENENTE o recurso financeiro previsto na cláusula quarta;

- b) Apoiar e prestar orientação técnica a CONVENENTE;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do convênio, diretamente ou por delegação;
- d) Examinar e aprovar as prestações de contas referentes à aplicação dos recursos alocados, sem prejuízo da realização de auditorias internas e externas;
- e) Efetuar a publicação deste convênio no Diário Oficial do Estado;
- f) Cadastrar o presente instrumento do Sistema Integrado de Transferências – SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no prazo de 30 dias a partir de sua assinatura;
- g) Atualizar informações no Sistema Integrado de Transferências – SIT e encaminhar a prestação de contas na forma e nos prazos fixados pela Resolução 28/2011, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

II - DA CONVENENTE:

- a) Cumprir integralmente os Planos de Trabalho aprovados pela CONCEDENTE, utilizando os recursos deste instrumento exclusivamente na execução do seu objeto;
- b) Deverá iniciar a execução do objeto deste convênio dentro de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da primeira ou única parcela dos recursos, salvo motivo devidamente justificado;
- c) Encaminhar, de acordo com o cronograma e os procedimentos definidos pela CONCEDENTE, os documentos necessários à liberação de recursos;
- d) Manter e movimentar os recursos provenientes do Fundo Paraná, recebidos da CONCEDENTE, em conta única e específica, junto ao Banco, Agência, conta corrente nº....., sendo contabilizado e prestado contas, por projeto;
- e) Apresentar relatórios de execução físico-financeira e prestar contas dos recursos recebidos, conforme previsto;
- f) Manter a disposição da CONCEDENTE e dos órgãos de Controle Interno e Externo, pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da aprovação da prestação ou tomada de contas final por parte do órgão CONCEDENTE, os documentos comprobatórios e registros contábeis das despesas realizadas com o número do Convênio;
- g) Restituir à CONCEDENTE o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos, nos seguintes casos:
 - 1. Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;
 - 2. Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio;
- h) Deverá, obrigatoriamente, a CONVENENTE aplicar os recursos recebidos enquanto não empregados na sua finalidade;
- i) Efetuar, em nome da CONCEDENTE, o recolhimento dos saldos e rendimentos decorrentes de aplicação em caderneta de poupança porventura não utilizados, anexado à respectiva prestação de contas, uma cópia do comprovante de recolhimento, com indicação do número do Convênio;
- j) Permitir o livre acesso da Fundação Araucária ao Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a CONCEDENTE, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
- l) Proporcionar todas as informações que a CONCEDENTE solicite sobre os Projetos, sua situação financeira e documentos de licitação, quando houver;
- m) As despesas realizadas com recursos deste convênio deverão ser precedidas do regular processo licitatório, ou nos casos em que a CONVENENTE estiver desobrigada desta formalidade legal, deverão ser obedecidos os princípios aplicáveis à administração pública por meio da formalização de processos de compras que comprovem a observância dos princípios da moralidade, impessoalidade, da economicidade, da isonomia, da eficiência e da eficácia;
- n) Realizar despesas de contratação de serviços, obras e aquisição de bens em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 15.608 de 16 de agosto de 2007, Lei Federal Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, devendo ainda nas aquisições passíveis de licitação, ser utilizada a modalidade pregão, nos termos da Lei Estadual nº 15.117, de 12 de maio de 2006, sendo preferencial a utilização de sua forma eletrônica;
- o) As despesas deverão ser informadas integralmente no Sistema Integrado de Transferências - SIT, do Tribunal de Contas do Estado, conforme estabelecem a Resolução 28/2011 e a Instrução Normativa nº 61/2011;
- p) Apresentar para liberação dos recursos, única ou em parcelas, a documentação de regularidade da Entidade, conforme estabelece o art. 3º da Instrução Normativa nº 61/2011: Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Certidão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, da Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas Exigível, nos Termos da Lei 12.440/2011, Declaração de inexistências de pendências na prestação de contas de recursos recebidos junto a CONCEDENTE; Certidão de Declaração de Utilidade Pública

em caso de entidade privada sem fins lucrativos, ;

- q) Deverá a CONVENENTE instituir a Unidade Gestora de Transferências, conforme determina Resolução de Transferências Voluntárias 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- r) Caberá a CONVENENTE, quando da desistência ou cancelamento por parte do pesquisador, durante a vigência do convênio, independente das ações já executadas, a responsabilidade pelo processo de devolução integral do recurso recebido por projeto;
- s) Caberá a CONVENENTE observar o disposto no art. 9º da Resolução 28/2011 quanto as vedações aplicadas a este convênio;
- t) Deverá a CONVENENTE, para execução do Convênio, observar o disposto no Ato Normativo 01/2012 da Fundação Araucária.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência deste Convênio é de 27 (vinte e sete) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser alterado, inclusive para ter seu prazo de vigência prorrogado, mediante termo aditivo, por mútuo entendimento dos partícipes, com a devida justificativa no exercício, se a solicitação for apresentada no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o seu término e desde que seja aceita pela CONCEDENTE.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA - A vigência acima aludida detalha-se da seguinte forma: Período de execução do projeto – 24 meses; Período de prestação de contas da Convenente - 30 dias; Período de avaliação e procedimentos internos da Fundação Araucária - 60 dias.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

O valor deste Convênio é de R\$ 38.580,00 (Trinta e oito mil quinhentos e oitenta reais). As despesas deste Convênio estão devidamente reguladas pela fonte de recursos do Fundo Paraná, instituído pela Lei nº. 12.020/98 e devem ser executadas de acordo com o Plano de Trabalho anexo, que integra este instrumento independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A liberação dos recursos financeiros será efetuada em parcelas, mediante as condições estabelecidas no Ato Normativo nº 01/2012 da Fundação Araucária e obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA – A liberação da primeira parcela ocorrerá em até 30 dias a partir da data de assinatura do presente instrumento, mediante a apresentação das certidões de regularidade fiscal da Convenente/Contratada.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA – A liberação de recursos está condicionada a disponibilidade financeira do Convênio 794051/2013, firmado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e a Fundação Araucária.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Fica a CONVENENTE responsável perante a CONCEDENTE, a prestar contas parcial e final dos valores repassados em decorrência deste Convênio, nos moldes da Resolução 28/2011, da Instrução Normativa nº 61/2011.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A Prestação de Contas Final deverá ser encaminhada a CONCEDENTE, até 30 dias (trinta) dias após o prazo de vigência do Convênio.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência do Convênio, devendo os documentos comprobatórios conter, além do nome do órgão ou entidade CONVENENTE, o número do referido Convênio.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Os prazos e condições para envio de Relatórios Técnicos parciais/finais ou sistema de avaliação estão dispostos na respectiva Chamada de Projetos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Juntamente com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná a fiscalização da execução do objeto deste convênio ocorrerá através do Fiscal Responsável nomeado pela CONCEDENTE, o Diretor Técnico (Científico) Prof. Dr. Luiz Márcio Spinosa, CPF 660.526.459-20, nomeado pelo Ato da Diretoria Executiva 007/2019 da Fundação Araucária e por seu Sistema Controle Interno.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Não sendo prestadas as contas devidas pela CONVENENTE, nos prazos estabelecidos, a CONCEDENTE, instaurará, dentro de 30 dias, a Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio poderá ser rescindido ou denunciado, formal e expressamente, a qualquer momento, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui motivo para rescisão deste Convênio o não cumprimento de quaisquer de suas Cláusulas, particularmente, quando da constatação das seguintes condições:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o seu objeto;
- b) Falta de apresentação dos relatórios de execução e de prestação de contas nos prazos estabelecidos.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Este Convênio poderá ser rescindido, a critério da CONCEDENTE, por motivo de interesse público, caso a CONVENENTE sofra alguma restrição futura.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

A ausência de prestação de contas, no prazo e formas estabelecidos, ou a prática de irregularidades na aplicação dos recursos, sujeita a CONVENENTE à instauração de Tomada de Contas Especial, para ressarcimento de valores, além de responsabilidade na esfera civil, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

É obrigatória a aplicação da logomarca da Fundação Araucária, do Governo do Estado do Paraná/SETI e do CNPq na divulgação e publicações relativas aos projetos apoiados por este Convênio, sendo vedada a publicidade que tenha caráter de promoção pessoal de autoridades, servidores ou funcionários dos entes signatários, de acordo com a Lei 12.020/98.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – As logomarcas supracitadas estão disponíveis no sítio da Fundação Araucária.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – As ações publicitárias atinentes a projetos e obras financiadas com recursos da União, deverão observar rigorosamente as disposições contidas no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, assim como aquelas consignadas nas Instruções da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República - atualmente a IN/Secom-PR nº 31, de 10 de setembro de 2003.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - O descumprimento parcial ou total desta cláusula implicará na devolução integral do recurso repassado para a execução do projeto.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

Fica assegurado a CONVENIENTE o direito de propriedade, mediante instrumento próprio, dos bens e materiais de natureza permanente a serem adquiridos, produzidos, transformados ou constituídos com os recursos transferidos pela Fundação Araucária. Extinto o Convênio serão adotados procedimentos de doação ou não, conforme legislação pertinente à matéria.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A Conveniente deverá observar os seguintes procedimentos em relação aos bens remanescentes:

- a) a instituição corresponsável concederá ao coordenador do projeto a autorização para utilizar e manter os bens sob sua guarda durante o período de execução do projeto, estipulando a obrigação do mesmo de conservá-los e não aliená-los;
- b) o coordenador deverá assumir o compromisso de utilizar os bens para fins científicos e tecnológicos e exclusivamente para a execução do projeto;
- c) o coordenador deverá comunicar à instituição corresponsável, imediatamente, qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
- d) em caso de furto ou de roubo, o coordenador deverá proceder ao registro da ocorrência perante a autoridade policial competente, informando de imediato à instituição corresponsável e diligenciando para que se proceda à investigação pertinente;
- e) o coordenador deverá informar à instituição corresponsável a devolução dos bens, em razão da conclusão do projeto ou da sua não utilização;
- f) a instituição corresponsável afixará destacadamente, em lugar visível dos bens, o selo de identificação do apoio financeiro proporcionado pela Fundação Araucária.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DO DIREITO À PROPRIEDADE

Fica assegurado à CONVENIENTE o direito à propriedade intelectual ou industrial do produto que vir a ser patenteado, produzido ou construído à conta dos recursos deste Convênio, nos termos do Art. 11. Inc. XII do Ato Normativo 001/2012.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – No caso das atividades realizadas originarem resultados materiais representados por inovações tecnológicas, invenções, aperfeiçoamento e novos conhecimentos aplicáveis às atividades econômicas produtivas e propiciarem incrementos de seu desempenho, aumento da produtividade dos fatores envolvidos, otimização do uso de recursos e insumos, ou, ainda, criações intelectuais passíveis de proteção, as partes obedecerão às determinações da Lei de Inovação nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, observando-se as normas da Fundação Araucária e as demais disposições legais vigentes.

Fico eleito o Foro de Curitiba, Capital do Paraná, para dirimir os possíveis litígios decorrentes deste Convênio e que não forem solucionados administrativamente.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, que também o subscrevem, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Curitiba, de de

Ramiro Wahrhaftig
Diretor-Presidente - Fundação Araucária
CONCEDENTE

Antonio Carlos Aleixo
UNESPAR
CONVENENTE

Gerson Koch
Diretor de Administração e Finanças
CONCEDENTE

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Existe dotação orçamentária e financeira para
liberação do recurso deste Projeto, do orçamento
de 2020

Gerson Koch
Diretor de Adm. e Finanças





ePROTOCOLO



Documento: **convenio060.pdf**.

Assinado digitalmente por: **Antonio Carlos Aleixo** em 29/04/2020 15:54.

Assinado por: **Antonio Carlos Aleixo** em 24/04/2020 15:36.

Inserido ao protocolo **16.549.742-2** por: **Gisele Maria Ratigueri** em: 24/04/2020 13:27.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:
4a5bfb4b4fef8ba8fac4db84156377a9.

Projeto

1. Plano de Trabalho

Editais: CP 20/2018 PPP
Título: Vilas Rurais no Noroeste do Paraná: diagnóstico e perspectivas
Protocolo: 51391.545.37615.19112018
Coordenador: Jorge Leandro Delconte Ferreira
E-mail: jorge.leandro.professor@gmail.com
Área de Conhecimento 1: Ciências Sociais Aplicadas » Economia » Economia Regional e Urbana » Economia Regional
Área de Conhecimento 2: Ciências Sociais Aplicadas » Administração » Administração Pública » Política e Planejamento Governamentais
Área de Conhecimento 3:
Tema de interesse:
Instituição Executora: UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná
Unidade Executora: [Paraná/PR] Reitoria
Início Previsto: 01/07/2019
Duração: 24 Meses
Cotação da Moeda Estrangeira: 0,00
Banco do proponente:
Agência do proponente: -
Conta do proponente: -
Tipo da conta do proponente: -

1.1. Arquivos

Nome	Tipo
Currículo Lattes Jorge LD Ferreira.pdf	CP 20-2018 Currículo Lattes
CP 20-2018 Anexo I.pdf	CP 20-2018 Anexo I

Arquivos Sem Modelo

Nome

2. Plano de Apresentação:

2.1. Resumo da Proposta:

Dentre as diversas ações que visam o desenvolvimento regional, o Paraná foi o estado brasileiro pioneiro na implantação de vilas rurais. Com foco no desenvolvimento socioeconômico rural e no manejo e conservação dos recursos naturais, a primeira vila rural foi implantada no município de Apucarana no ano de 1997. Os objetivos desta ação do governo do Estado eram a melhoria da qualidade de vida e das condições sociais dos trabalhadores rurais

volantes e suas respectivas famílias, com impactos esperados no desenvolvimento profissional e na renda familiar. A partir da criação de comunidades rurais em locais próximos da região urbana, construiu-se uma crítica que gira em torno da ‘urbanização do meio rural’, cujos resultados são viáveis num primeiro momento, mas podem resultar em cenários negativos para o meio rural. A exemplo disso, Fernandes e Ponte (2002) mencionam que, ao analisar as vilas rurais sob a ótica da urbanização do campo, constata-se a negação do próprio espaço rural e a tendência do seu desaparecimento.

Por se tratar de comunidades formadas a partir de micro propriedades rurais, surge a necessidade do olhar sobre as ações de inclusão destas propriedades ao atual sistema econômico. Primeiramente, pelo fato de a implantação das vilas rurais ter coincidido com o período de desaparecimento do campesinato no Brasil e o surgimento da agricultura familiar. Foi nesse período que surgiu uma nova dinâmica econômica no campo, modificando radicalmente o funcionamento da atividade agropecuária brasileira (NAVARRO, 2014). Por conseguinte, por se tratar de uma ação promovida pelos entes públicos, observa-se a necessidade de políticas públicas para o seu fortalecimento. Sobre isso, destaca-se o fato de o arcabouço institucional político e econômico influenciar a dinâmica econômica e produtiva local, bem como a influência do coeficiente político-eleitoral na formulação e implementação de políticas públicas (NORTH, 1994; FERREIRA, ALVES e CALDEIRA, 2018).

O estudo realizado por Rocha Junior e Barzotto (2014) na Vila Rural do município de Campo Mourão – PR demonstrou que, apesar de o direito de propriedade ser garantido aos vileiros sob condições, há ocorrências de transmissão da propriedade rural através da sua comercialização. Tal situação evidencia a distorção da proposta inicial do Programa Vila Rural, uma vez que houve um “esvaziamento” do público alvo das vilas rurais. Este mesmo estudo concluiu também que o êxito da finalidade das vilas rurais depende dos esforços políticos dos municípios onde estão localizadas, podendo ser negativo quando há precariedade no nível de planejamento e assistência a essas vilas. As possíveis reflexões a partir dos estudos ora mencionados vão ao encontro do contexto rural do estado do Paraná, no que diz respeito às vilas rurais. Além disso, a constatação empírica da existência de propriedades rurais improdutivas em algumas vilas rurais da microrregião de Campo Mourão-PR e a consequente hipótese da perda da função e objetivos iniciais do projeto do estado deram origem a este estudo, que tem como principal objetivo mapear a estrutura, atividades desenvolvidas e características locais das vilas rurais da região da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão – COMCAM, bem como a efetividade da política pública de implantação de vilas rurais. Para isso, foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) Realizar levantamento das características estruturais das vilas rurais (onde estão, quantas pessoas nelas residem, quantas famílias a integram, infraestrutura de cada propriedade, dentre outras); b) Realizar levantamento das características operacionais das vilas rurais (quais atividades nelas são desenvolvidas, quais organizações – associações, cooperativas, etc. – são formadas a partir das vilas rurais, com quais instituições possuem vínculo, dentre outras); c) Realizar levantamento das características locais das vilas rurais (dados demográficos, dados setoriais, de produção agrícola, pecuária, PIB dos municípios/região, indicadores sociodemográficos, dentre outras); d) Desenvolver mecanismo de aferição da efetividade da vila rural como política pública local/regional relacionada à inclusão do pequeno produtor rural; e) Aferir o grau de efetividade de vilas rurais como ferramenta de inclusão do pequeno produtor rural; f) Identificar problemas comunitários e dificuldades enfrentadas na condução/manutenção da propriedade e da vila rural.

Justifica-se o desenvolvimento deste estudo a partir da necessidade de verificação do atual contexto local e das famílias das vilas rurais, uma vez que sua implantação perpassa duas décadas. Desde a implantação das vilas rurais, diversos estudos científicos foram realizados, com análises e reflexões sob aspectos sociais, econômicos, geográficos, dentre outros (IPARDES, 2000; BANA, 2001; ANDRADE, 2005; ESSER et al, 2006). Observa-se, no entanto, que tais estudos datam da primeira década pós-implantação das vilas rurais e, nos anos mais recentes, há certo desaparecimento de estudos específicos acerca dessas comunidades. Menciona-se ainda o fato de o último estudo detalhado promovido pelo Governo do Estado do Paraná, datar do ano de 2005, cujo conteúdo refere-se ao relatório final do projeto após implantação das vilas rurais no estado (IPARDES, 2005).

Além disso, o principal ensejo deste estudo é contribuir para o planejamento e execução de políticas públicas de inclusão do pequeno produtor rural e de melhoria das condições do uso e exploração da terra, circunscritas à COMCAM. Não obstante, busca-se contribuir com políticas de incremento das ações para alcance dos próprios objetivos do Programa Vilas Rurais, sua reformulação ou ampliação.

Metodologicamente, este trabalho estará organizado em três etapas, interdependentes e articuladas entre si. A primeira etapa consiste no mapeamento das vilas rurais existentes nos 25 municípios da região da COMCAM. Essas informações serão coletadas a partir de consulta à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR e aos governos municipais da COMCAM. A segunda etapa consiste no diagnóstico de vilas rurais, em suas dimensões estrutural,

operacional e locacional, que se dará através da aplicação de questionários estruturados em vilas rurais da região da COMCAM. A terceira etapa consiste na construção de um índice de efetividade para vilas rurais, composto por dimensões a serem avaliadas, articuladas com os objetivos descritos nos documentos institucionais de implantação do programa de vilas rurais no Paraná. Os indicadores serão elaborados de forma a permitir a avaliação objetiva. Para cada dimensão será definido um peso específico e, dentro de cada dimensão, os indicadores também terão pesos específicos. A construção do índice de efetividade guardará correlação com a proposta de Oliveira e Pisa (2015), que construíram um instrumento de aferição da governança pública e o aplicaram aos estados do Brasil.

Dentre os resultados esperados, destacam-se o mapeamento detalhado das vilas rurais da região da COMCAM (nas dimensões estrutural, operacional e locacional), aferição do grau de efetividade da implantação de vilas rurais como ferramenta para inclusão do pequeno produtor rural, a identificação de necessidades comuns para a consolidação de vilas rurais como política pública, a evidenciação de distorções de finalidade em vilas rurais instaladas, a identificação de oportunidades de intervenção junto ao público de vilas rurais da região da COMCAM por meio de ações de extensão universitária, e o mapeamento de oportunidades de agregação de valor às atividades econômicas desenvolvidas em vilas rurais.

2.1. Palavras-Chave:

Vilas rurais, Políticas públicas, Desenvolvimento regional.

2.3. Síntese do Projeto:

Este estudo tem como objetivo mapear a estrutura, atividades desenvolvidas e características locais das vilas rurais da região da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão – COMCAM, bem como a efetividade da política pública de implantação de vilas rurais. O desenvolvimento deste estudo se justifica pela necessidade de verificação do atual contexto local e das famílias das vilas rurais. Busca-se também contribuir para o planejamento e execução de políticas públicas de inclusão do pequeno produtor rural e de melhoria das condições do uso e exploração da terra, bem como ao aperfeiçoamento, reformulação e/ou ampliação do Programa Vilas Rurais e de outros programas semelhantes. Metodologicamente, a primeira etapa deste estudo consiste no mapeamento das vilas rurais existentes nos 25 municípios da região da COMCAM. A segunda etapa consiste no diagnóstico de vilas rurais nas dimensões estrutural, operacional e locacional, através da aplicação de questionários estruturados. A terceira etapa consiste na construção de um índice de efetividade para vilas rurais, composto por dimensões e indicadores elaborados e correlacionados com a proposta de Oliveira e Pisa (2015). Dentre os resultados esperados, destacam-se o mapeamento detalhado das vilas rurais da região da COMCAM, a aferição do grau de efetividade da implantação de vilas rurais como ferramenta para inclusão do pequeno produtor rural, a evidenciação de distorções de finalidades, a identificação de oportunidades de intervenção por meio de ações de extensão universitária, e o mapeamento de oportunidades de agregação de valor às atividades econômicas desenvolvidas em vilas rurais.

2.4. Objetivos Gerais:

Mapear a estrutura, atividades desenvolvidas e características locais das vilas rurais da região da COMCAM, bem como a efetividade da política pública de implantação de vilas rurais.

2.5. Resultados Esperados:

Dentre os principais resultados esperados, destacam-se os seguintes:

- Mapeamento detalhado das vilas rurais da região da COMCAM (nas dimensões estrutural, operacional e locacional);
- Aferição do grau de efetividade da implantação de vilas rurais como ferramenta para inclusão do pequeno produtor rural;
- Identificação de necessidades comuns para a consolidação de vilas rurais como política pública;
- Evidenciação de distorções de finalidade em vilas rurais instaladas;
- Identificação de oportunidades de intervenção junto ao público de vilas rurais da região da COMCAM, por meio de ações de extensão universitária;
- Mapeamento de oportunidades de agregação de valor às atividades econômicas desenvolvidas em vilas rurais.

3. Abrangência

Estado Sigla	Estado	Município
PR	Paraná	4o. Centenario



PR	Paraná	Altamira do Parana
PR	Paraná	Araruna
PR	Paraná	Barbosa Ferraz
PR	Paraná	Boa Esperanca
PR	Paraná	Campina da Lagoa
PR	Paraná	Campo Mourao
PR	Paraná	Corumbatai do Sul
PR	Paraná	Engenheiro Beltrao
PR	Paraná	Farol
PR	Paraná	Fenix
PR	Paraná	Goioere
PR	Paraná	Iretama
PR	Paraná	Janiopolis
PR	Paraná	Juranda
PR	Paraná	Luiziana
PR	Paraná	Mambore
PR	Paraná	Moreira Sales
PR	Paraná	Nova Cantu
PR	Paraná	Peabiru
PR	Paraná	Quinta do Sol
PR	Paraná	Rancho Alegre D'oeste
PR	Paraná	Roncador
PR	Paraná	Terra Boa
PR	Paraná	Ubirata

4. Recursos

4.1. Recursos Aprovados pela Fundação Araucária:

Elementos de Despesas	R\$
Diárias	5.400,00
Hospedagem/Alimentação	0,00
Material de Consumo	5.290,00
Passagens	0,00
Pessoal	0,00
Encargos	0,00
Bolsas	19.200,00
Outros Serviços de Terceiros	0,00
Equipamentos e Material Permanente	8.690,00
Total	38.580,00

Valor total aprovado em Reais: R\$ 38.580,00
Trinta e Oito Mil e Quinhentos e Oitenta Reais

4.2. Recursos Solicitados a Outras Fontes, Parcerias e/ou Contrapartida da(s) Instituição(ões) Envolvida(s):

Entidade	Tipo	Valor	Descrição
----------	------	-------	-----------

5. Equipe

5.1. Membros do Projeto:

Ord	Nome	Instituição	Função
1	Jorge Leandro Delconte Ferreira	Campus de Campo Mourão	Coordenador(a)
2	Isielli Mayara Barzotto Martins Tierling	Campus de Campo	Orientador(a) no Brasil

		Mourão	
3	Juliano Fabiano da Mota	Campus de Campo Mourão	Co-orientador(a)

5.2. Atividades:

Atividade (A-1): Seleção e capacitação de bolsistas.

Início: 1 **Duração:** 1 Mês(es)

C. H. S.: 20 Horas

Membros: Jorge Leandro Delconte Ferreira [Responsável], Isielli Mayara Barzotto Martins Tierling, Juliano Fabiano da Mota

Atividade (A-2): Ampliação da fundamentação teórica

Início: 2 **Duração:** 6 Mês(es)

C. H. S.: 20 Horas

Membros: Jorge Leandro Delconte Ferreira, Isielli Mayara Barzotto Martins Tierling [Responsável], Juliano Fabiano da Mota

Atividade (A-3): Mapeamento das Vilas Rurais da Comcam

Início: 3 **Duração:** 1 Mês(es)

C. H. S.: 20 Horas

Membros: Isielli Mayara Barzotto Martins Tierling [Responsável]

Atividade (A-4): Diagnóstico das Vilas Rurais

Início: 5 **Duração:** 12 Mês(es)

C. H. S.: 20 Horas

Membros: Jorge Leandro Delconte Ferreira, Isielli Mayara Barzotto Martins Tierling [Responsável]

Atividade (A-5): Modelagem de efetividade das Vilas Rurais

Início: 15 **Duração:** 4 Mês(es)

C. H. S.: 20 Horas

Membros: Jorge Leandro Delconte Ferreira, Juliano Fabiano da Mota [Responsável]

Atividade (A-6): Validação dos modelos

Início: 19 **Duração:** 3 Mês(es)

C. H. S.: 20 Horas

Membros: Jorge Leandro Delconte Ferreira [Responsável], Juliano Fabiano da Mota

Atividade (A-7): Redação de artigos para disseminação dos resultados.

Início: 22 **Duração:** 3 Mês(es)

C. H. S.: 20 Horas

Membros: Jorge Leandro Delconte Ferreira [Responsável], Isielli Mayara Barzotto Martins Tierling, Juliano Fabiano da Mota

5.3. Cronograma:

A/M	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
A-1	X																							
A-2		X	X	X	X	X	X																	
A-3			X																					
A-4					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X								
A-5															X	X	X	X						
A-6																			X	X	X			
A-7																						X	X	X

6. Orçamento Consolidado

Ano 1 - Em Real					
Elementos de Despesa	Trimestres				Total
	1º	2º	3º	4º	
Diárias	0,00	1.080,00	1.620,00	1.080,00	3.780,00
Hospedagem/Alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material de Consumo	5.290,00	0,00	0,00	0,00	5.290,00
Passagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equip. e Material Permanente	8.690,00	0,00	0,00	0,00	8.690,00
Bolsas	19.200,00	0,00	0,00	0,00	19.200,00
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	33.180,00	1.080,00	1.620,00	1.080,00	36.960,00

Ano 2 - Em Real					
Elementos de Despesa	Trimestres				Total
	1º	2º	3º	4º	
Diárias	1.260,00	360,00	0,00	0,00	1.620,00
Hospedagem/Alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equip. e Material Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolsas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.260,00	360,00	0,00	0,00	1.620,00

Ano 1 - Em em Dólar					
Elementos de Despesa	Trimestres				Total
	1º	2º	3º	4º	
Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Hospedagem/Alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equip. e Material Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolsas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Ano 2 - Em em Dólar					
Elementos de Despesa	Trimestres				Total
	1º	2º	3º	4º	
Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Hospedagem/Alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equip. e Material Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolsas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Diárias

Ord	Localidade	Qtde	Custo Unitário	Custo Total	Mês	Justificativa
1	Brasil - PR - Goioere	3,00	R\$180,00	R\$540,00	6	
2	Brasil - PR - Roncador	3,00	R\$180,00	R\$540,00	7	
3	Brasil - PR - Altamira do Parana	3,00	R\$180,00	R\$540,00	8	
4	Brasil - PR - Barbosa Ferraz	3,00	R\$180,00	R\$540,00	9	
5	Brasil - PR - Campina da Lagoa	3,00	R\$180,00	R\$540,00	15	
6	Brasil - PR - Mambore	2,00	R\$180,00	R\$360,00	11	
7	Brasil - PR - Juranda	2,00	R\$180,00	R\$360,00	12	
8	Brasil - PR - Janiopolis	2,00	R\$180,00	R\$360,00	13	
9	Brasil - PR - Engenheiro Beltrao	2,00	R\$180,00	R\$360,00	14	
10	Brasil - PR - Iretama	2,00	R\$180,00	R\$360,00	16	
11	Brasil - PR - Luiziana	2,00	R\$180,00	R\$360,00	10	
12	Brasil - PR - Ubirata	3,00	R\$180,00	R\$540,00	5	

8. Hospedagem/Alimentação

Ord	Localidade	Qtde	Custo Unitário	Custo Total	Mês
-----	------------	------	----------------	-------------	-----

9. Materiais de Consumo

Ord	Especificação	Qtde	Unidade	Custo Unitário	Custo Total	Mês	Justificativa
1	Software estatístico (pacote com licença multi-usuário, sem vencimento)	1	Licença	R\$5.290,00	R\$5.290,00	1	

10. Passagens

Ord	Trecho	Tipo	Qtde	Custo Unitário	Custo Total	Justificativa
-----	--------	------	------	----------------	-------------	---------------

11. Serviços de Terceiros

Ord	Especificação	Custo Total	Mês	Justificativa
-----	---------------	-------------	-----	---------------

12. Materiais Permanentes e Equipamentos

Ord	Especificação	Qtde	Custo Unitário	Custo Total	Mês	Justificativa
-----	---------------	------	----------------	-------------	-----	---------------



1	Impressora a laser, monocromática, multifuncional (impressora, scanner, copiadora), com velocidade mínima de impressão de 21 ppm, memória mínima de 128 MB, com cartucho de tonner incluso.	1	R\$790,00	R\$790,00	1	
2	Notebook de alta performance, com no mínimo 2 núcleos, frequência real de clock mínima de 2,3 GHZ e cache de 3 MB (mínimo), com windows e pacote office, memória RAM mínima de 8GB, HD de 1 TB (mínimo), SSD de 128 GB (mínimo).	1	R\$4.900,00	R\$4.900,00	1	
3	Material bibliográfico diversos, incluindo livros e acesso a publicações de periódicos.	1	R\$3.000,00	R\$3.000,00	1	

13. Pessoal

Ord	Função	Formação Profissional	Perfil Desejado	Custo Total	Mês	Justificativa
-----	--------	-----------------------	-----------------	-------------	-----	---------------

14. Bolsas

Modalidade	Ord	Duração	Custo Unitário	Custo Total	Mês	Área de Atuação
PPP - CP 20-2018 (Iniciação científica)	2	24	R\$400,00	19.200,00	R\$800,00	Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Administração ou Engenharia de Produção Agroindustrial.

15. Encargos

Ord	Especificação	Custo Total	Justificativa
-----	---------------	-------------	---------------

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Proponente



ePROTOCOLO



Documento: **PlanodeTrabalho3.pdf**.

Assinado por: **Jorge Leandro Delconte Ferreira** em 24/04/2020 13:30.

Inserido ao protocolo **16.549.742-2** por: **Gisele Maria Ratigueri** em: 24/04/2020 13:27.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:
8c831ae364369d4cc9ce5db8b059e69.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
CNPJ: 05.012.896/0001-42

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:32:04 do dia 25/11/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/05/2020.

Código de controle da certidão: **53AA.5F16.0E4A.DC58**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ePROCOLO



Documento: **CertidaodeTributosFederais.pdf**.

Assinado por: **Gisele Maria Ratigueri** em 30/04/2020 18:24.

Inserido ao protocolo **16.549.742-2** por: **Gisele Maria Ratigueri** em: 30/04/2020 18:24.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:
713b9408cf6280c8417cf61a00db27f5.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 05.012.896/0001-42

Certidão nº: 5140558/2020

Expedição: 21/02/2020, às 14:59:07

Validade: 18/08/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.012.896/0001-42**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br



ePROCOLO



Documento: **DEBITOSTRABALHISTA.pdf**.

Assinado por: **Gisele Maria Ratigueri** em 30/04/2020 18:24.

Inserido ao protocolo **16.549.742-2** por: **Gisele Maria Ratigueri** em: 30/04/2020 18:24.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:
1a1663a0c573c62e3df5b8a03dfe491b.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná



Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 021688891-09

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **05.012.896/0001-42**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 21/07/2020 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



ePROTOCOLO



Documento: **ESTADUALUNESPAR1.pdf**.

Assinado por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 30/04/2020 18:24.

Inserido ao protocolo **16.549.742-2** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 30/04/2020 18:24.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:
21887d4b617e6d599c02a51a1585e9fa.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.012.896/0001-42

Razão Social: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA

Endereço: URBA RUA PROF RODRIGO 232 / CENTRO / JACAREZINHO / PR / 86400-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/03/2020 a 11/07/2020

Certificação Número: 2020031401594420981721

Informação obtida em 31/03/2020 12:41:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



ePROTOCOLO



Documento: **FGTSCRF.pdf**.

Assinado por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 30/04/2020 18:24.

Inserido ao protocolo **16.549.742-2** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 30/04/2020 18:24.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:
b43c5c7717c4b204392563e9804eea86.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

UNESPAR - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ CNPJ: 05012896000142

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrição

Contribuinte: 86769 - UNESPAR - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Endereço: PERNAMBUCO, 858 - Bairro CENTRO - CEP 87.701-010

Código de Controle

CWEYKXZOEARHLTY1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
<http://www.paranavai.pr.gov.br>

Paranavá (PR), 21 de Fevereiro de 2020



ePROTOCOLO



Documento: **MUNICIPALUNESPAR1.pdf**.

Assinado por: **Gisele Maria Ratigueri** em 30/04/2020 18:24.

Inserido ao protocolo **16.549.742-2** por: **Gisele Maria Ratigueri** em: 30/04/2020 18:24.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:
bdfae59a8572115e90939f9dfe95f436.



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Certidão Liberatória

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

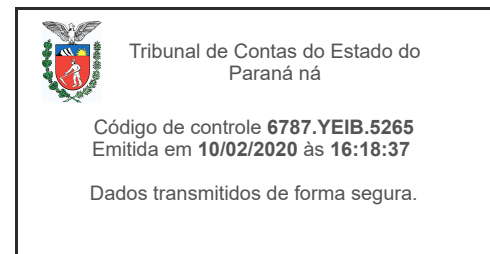
CNPJ Nº: 05.012.896/0001-42

FINALIDADE DA CERTIDÃO: **RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS, MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, CONTRATO DE GESTÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE**

É **CERTIFICADO**, NA FORMA DO ART. 95, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 113, DE 15/12/2005, E DOS ARTS. 289 E SEGUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE O **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ** ESTÁ EM SITUAÇÃO **REGULAR** PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS.

VALIDADE: CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ O DIA 09/07/2020, MEDIANTE AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET EM WWW.TCE.PR.GOV.BR.

CERTIDÃO EXPEDIDA COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2012.





ePROTOCOLO



Documento: **TCEPR1.pdf**.

Assinado por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 30/04/2020 18:24.

Inserido ao protocolo **16.549.742-2** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 30/04/2020 18:24.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:
cb40ba49582518c8956ab8e2df2de2b6.

Contratado: (I) **Banco do Brasil S.A.**, com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência 0381-6 - PARANAÍ (PR), inscrita no CNPJ n.º 000.000/0381-64, (II) **Associação de Poupança e Empréstimo - Poupex**, CNPJ n.º 00.655.522/0001-21, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília, Distrito Federal, na qualidade de gestora do produto da Poupança Poupex, doravante denominada **Poupex**, por intermédio do **Banco do Brasil S.A.**.

Proponente/Contratante: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA, CNPJ n.º 05.012.896/0001-42, ENSINO SUPERIOR, constituída em 25/10/2001, por meio do documento de constituição 13283 - LEI ESTADUAL, registrado no(a) DIÁRIO OFICIAL em 26/10/2001 e sediada à AV LOTHARIO MEISSNER 350 , ANEXO SECRETARIA DE SAUDE, JD BOTANICO, CURITIBA (PR), CEP 80.210-170, telefone(s) (44) 3424-0114.

Dados da conta

Agência 0381-6, Conta-Corrente n.º 73.102-1, Poupança Ouro n.º 510.073.102-4 e Poupança Poupex n.º 960.073.102-6, aberta em 29/04/2020.

Fornecimento de dados cadastrais às empresas do conglomerado Banco do Brasil e Empresas parceiras: Autorizado.

Declarações e autorizações

O **Proponente/Contratante** identificado propõe e o **Contratado** aceita a abertura de conta-corrente e/ou conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex.

O **Proponente/Contratante** declara-se ciente e de pleno acordo com as disposições contidas nas CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE CONTA-CORRENTE E CONTA DE POUPANÇA OURO E/OU POUPANÇA POUPEX, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Brasília (DF), sob o microfilme n.º 950.232, em 13/12/2018, que integram este contrato, e também, com as Informações essenciais - Conta-corrente e conta-poupança, formando um documento único e indivisível, cuja cópia foi previamente disponibilizada ao **Proponente/Contratante** por meio de e-mail ou via física e, a partir do ato da assinatura deste instrumento, estará disponível para consulta, a qualquer tempo, no site do Banco do Brasil na internet (www.bb.com.br), na opção autoatendimento e/ou no aplicativo do Banco do Brasil no celular.

O **Proponente/Contratante** declara-se ciente de que os saldos devedores na conta-corrente ora aberta e que não forem pagos nos respectivos vencimentos poderão ser automaticamente compensados com créditos existentes em outras contas-correntes ou aplicações financeiras de que o **Proponente/Contratante** seja titular no Banco do Brasil, mediante débito nas contas respectivas, o que desde já autoriza.

O **Proponente/Contratante** declara-se ciente de que as dívidas líquidas que não forem pagas no vencimento e que tenham como credor o Banco do Brasil, em quaisquer de suas agências, serão compensadas com os créditos existentes na conta-corrente e/ou na conta de Poupança Ouro e/ou Poupex ora aberta(s), mediante débito em conta, o que desde já autoriza.

O acolhimento desta Proposta/Contrato não implica em aceitação da proposta por parte do Banco do Brasil S.A., estando tal aceitação condicionada à assinatura de funcionário do Banco do Brasil S.A. e a eventual aprovação do limite de crédito.

Para informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito desta Proposta/Contrato, o **Contratado** coloca a disposição do **Proponente/Contratante** os telefones da CRBB - Central de Relacionamento Banco do Brasil 4004-0001* ou 0800 729-0001, Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC 0800 729-0722, para

Deficientes Auditivos 0800 729-0088, Suporte Técnico Pessoa Física 0800 729-0200, Suporte Técnico Pessoa Jurídica 3003-0500* ou 0800 729-0500. Caso o **Proponente/Contratante** considere que a solução dada à ocorrência registrada anteriormente mereça revisão, deve entrar em contato com a Ouvidoria BB pelo 0800 729-5678.

* Custos de ligações locais e impostos serão cobrados conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, custos da ligação mais impostos conforme a operadora.

Declara, sob as penas da lei, que as informações constantes deste documento são verdadeiras.

Local e data

PARANAVAI (PR), 29/04/2020

Contratado



Proponente/Contratante

Razão Social: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
CNPJ: 05.012.896/0001-42

Fontes de referência consultadas

Nome

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



ePROCOLO



Documento: **CONTRATOCONTACORRENTE060.pdf**.

Assinado por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 30/04/2020 18:24.

Inserido ao protocolo **16.549.742-2** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 30/04/2020 18:24.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:
f6c802b5db1940a1c0d9eaa2e9f72556.

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA
SETOR DE CONVENIOS

Protocolo: 16.549.742-2
Assunto: Documentos para a celebração do Convênio 060/2020 -
Fundação Araucária/Unespar
Interessado: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Data: 05/05/2020 15:17

DESPACHO

O convênio está apto para assinatura

1. IDENTIFICAÇÃO

Edital: CP 20/2018 PPP

2. CONCEDENTE

A FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, pessoa jurídica de direito privado de utilidade pública - Lei Estadual nº 13180/2001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.579.617/0001-00, sediada na Av. Comendador Franco, 1341, Jardim Botânico, Curitiba-PR, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor Ramiro Wahrhaftig, brasileiro, R.G. Nº 952291-3 SSP PR, CPF 321.770.549-15, residente e domiciliado à Rua Campos Sales, nº 782, CEP 80.030-376, Curitiba PR, e pelo Diretor de Administração e Finanças, Senhor Gerson Luiz Koch, brasileiro, R.G. Nº 754.751 PR, CPF nº 183.960.899-49, residente e domiciliado à Rua Jovino do Rosário, nº 448, CEP 85.540-115, Curitiba - PR, doravante denominada simplesmente CONCEDENTE, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Fundação Araucária.

3. CONVENIENTE

Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR-Reitoria, sediada a Av. Pres. Lothário Meissner, Seti, 350, Bairro Jardim Botânico, CEP 80210-170, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.012.896/0001-42, representada por seu/sua Reitor Antonio Carlos Aleixo, CPF/MF nº 544.114.919-15 e portador(a) do RG nº 36.139.897, residente e domiciliado a Rua Egidio Cardoso de Lima, 268, CEP 87300-270, Curitiba - PR, doravante Denominada simplesmente CONVENIENTE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto da UNESPAR, celebram este Convênio de acordo com as normas vigentes aplicáveis e de conformidade com as cláusulas e condições a seguir:

4. TÍTULO DO PROJETO

Vilas Rurais no Noroeste do Paraná: diagnóstico e perspectivas

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio a implementação do projeto protocolado sob o número: 51.391, mediante o repasse de recursos financeiros da concedente à conveniente, contemplado no Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores Programa Primeiros Projetos – PPP (Convênio CNPq/Fundação Araucária), CHAMADA PÚBLICA 20/2018, prevista na Ata do CCT nº 24, de 25 de abril de 2018, publicada em 22 de outubro de 2018 e conforme resultado publicado em 10 de fevereiro de 2020.

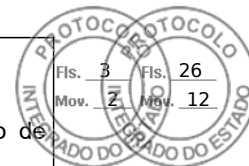
SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETIVO - Apoiar a execução de projetos de pesquisa científica e tecnológica das Instituições de Ensino Superior, os Institutos de Pesquisa, públicas ou privadas, e as Organizações Sociais (Pessoas Jurídicas de Direito Privado-OS's) sem fins lucrativos, todos com sede e CNPJ no Estado do Paraná, a apresentarem, visando dar suporte à fixação de jovens pesquisadores e nucleação de novos grupos de pesquisa, nas diferentes áreas do conhecimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações dos partícipes:

I - DA CONCEDENTE:

a) Repassar a CONVENIENTE o recurso financeiro previsto na cláusula quarta;



- b) Apoiar e prestar orientação técnica a CONVENENTE;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do convênio, diretamente ou por delegação;
- d) Examinar e aprovar as prestações de contas referentes à aplicação dos recursos alocados, sem prejuízo da realização de auditorias internas e externas;
- e) Efetuar a publicação deste convênio no Diário Oficial do Estado;
- f) Cadastrar o presente instrumento do Sistema Integrado de Transferências – SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no prazo de 30 dias a partir de sua assinatura;
- g) Atualizar informações no Sistema Integrado de Transferências – SIT e encaminhar a prestação de contas na forma e nos prazos fixados pela Resolução 28/2011, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

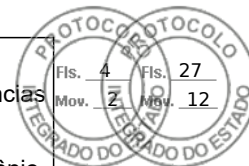
II - DA CONVENENTE:

- a) Cumprir integralmente os Planos de Trabalho aprovados pela CONCEDENTE, utilizando os recursos deste instrumento exclusivamente na execução do seu objeto;
- b) Deverá iniciar a execução do objeto deste convênio dentro de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da primeira ou única parcela dos recursos, salvo motivo devidamente justificado;
- c) Encaminhar, de acordo com o cronograma e os procedimentos definidos pela CONCEDENTE, os documentos necessários à liberação de recursos;
- d) Manter e movimentar os recursos provenientes do Fundo Paraná, recebidos da CONCEDENTE, em conta única e específica, junto ao Banco, Agência, conta corrente nº....., sendo contabilizado e prestado contas, por projeto;
- e) Apresentar relatórios de execução físico-financeira e prestar contas dos recursos recebidos, conforme previsto;
- f) Manter a disposição da CONCEDENTE e dos órgãos de Controle Interno e Externo, pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da aprovação da prestação ou tomada de contas final por parte do órgão CONCEDENTE, os documentos comprobatórios e registros contábeis das despesas realizadas com o número do Convênio;
- g) Restituir à CONCEDENTE o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos, nos seguintes casos:
 - 1. Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;
 - 2. Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio;
- h) Deverá, obrigatoriamente, a CONVENENTE aplicar os recursos recebidos enquanto não empregados na sua finalidade;
- i) Efetuar, em nome da CONCEDENTE, o recolhimento dos saldos e rendimentos decorrentes de aplicação em caderneta de poupança porventura não utilizados, anexado à respectiva prestação de contas, uma cópia do comprovante de recolhimento, com indicação do número do Convênio;
- j) Permitir o livre acesso da Fundação Araucária ao Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a CONCEDENTE, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
- l) Proporcionar todas as informações que a CONCEDENTE solicite sobre os Projetos, sua situação financeira e documentos de licitação, quando houver;
- m) As despesas realizadas com recursos deste convênio deverão ser precedidas do regular processo licitatório, ou nos casos em que a CONVENENTE estiver desobrigada desta formalidade legal, deverão ser obedecidos os princípios aplicáveis à administração pública por meio da formalização de processos de compras que comprovem a observância dos princípios da moralidade, impessoalidade, da economicidade, da isonomia, da eficiência e da eficácia;
- n) Realizar despesas de contratação de serviços, obras e aquisição de bens em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 15.608 de 16 de agosto de 2007, Lei Federal Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, devendo ainda nas aquisições passíveis de licitação, ser utilizada a modalidade pregão, nos termos da Lei Estadual nº 15.117, de 12 de maio de 2006, sendo preferencial a utilização de sua forma eletrônica;
- o) As despesas deverão ser informadas integralmente no Sistema Integrado de Transferências - SIT, do Tribunal de Contas do Estado, conforme estabelecem a Resolução 28/2011 e a Instrução Normativa nº 61/2011;
- p) Apresentar para liberação dos recursos, única ou em parcelas, a documentação de regularidade da Entidade, conforme estabelece o art. 3º da Instrução Normativa nº 61/2011: Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Certidão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, da Receita Federal, Receita Estadual, Receita Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas Exigível, nos Termos da Lei 12.440/2011, Declaração de inexistências de pendências na prestação de contas de recursos recebidos junto a CONCEDENTE; Certidão de Declaração de Utilidade Pública

CONVÊNIO 060/2020 - Processo Nº - Edital Nº CP 20/2018 PPP - 2 de 6

Assinado digitalmente por: **Antonio Carlos Aleixo** em 29/04/2020 15:54. Assinado por: **Antonio Carlos Aleixo** em 24/04/2020 15:36. Inserido ao protocolo **16.549.742-2** por: **Gisele Maria Ratiguiერი** em: 24/04/2020 13:27. Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código: **4a5bfb4b4fef8ba8fac4db84156377a9**.

Assinado digitalmente por: **Ramiro Wahrhaftig** em 12/05/2020 11:58. Assinado por: **Fernanda Scheidt** em 05/05/2020 15:17. Inserido ao protocolo **16.549.742-2** por: **Fernanda Scheidt** em: 05/05/2020 15:17. Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código: **ba5568f24d2feaf67f7519ba20b956**.



em caso de entidade privada sem fins lucrativos, ;

- q) Deverá a CONVENIENTE instituir a Unidade Gestora de Transferências, conforme determina Resolução de Transferências Voluntárias 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- r) Caberá a CONVENIENTE, quando da desistência ou cancelamento por parte do pesquisador, durante a vigência do convênio, independente das ações já executadas, a responsabilidade pelo processo de devolução integral do recurso recebido por projeto;
- s) Caberá a CONVENIENTE observar o disposto no art. 9º da Resolução 28/2011 quanto as vedações aplicadas a este convênio;
- t) Deverá a CONVENIENTE, para execução do Convênio, observar o disposto no Ato Normativo 01/2012 da Fundação Araucária.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

A vigência deste Convênio é de 27 (vinte e sete) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser alterado, inclusive para ter seu prazo de vigência prorrogado, mediante termo aditivo, por mútuo entendimento dos partícipes, com a devida justificativa no exercício, se a solicitação for apresentada no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o seu término e desde que seja aceita pela CONCEDENTE.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA - A vigência acima aludida detalha-se da seguinte forma: Período de execução do projeto – 24 meses; Período de prestação de contas da Conveniente - 30 dias; Período de avaliação e procedimentos internos da Fundação Araucária - 60 dias.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

O valor deste Convênio é de R\$ 38.580,00 (Trinta e oito mil quinhentos e oitenta reais). As despesas deste Convênio estão devidamente reguladas pela fonte de recursos do Fundo Paraná, instituído pela Lei nº. 12.020/98 e devem ser executadas de acordo com o Plano de Trabalho anexo, que integra este instrumento independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A liberação dos recursos financeiros será efetuada em parcelas, mediante as condições estabelecidas no Ato Normativo nº 01/2012 da Fundação Araucária e obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho.

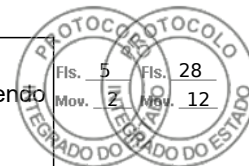
SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA – A liberação da primeira parcela ocorrerá em até 30 dias a partir da data de assinatura do presente instrumento, mediante a apresentação das certidões de regularidade fiscal da Conveniente/Contratada.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA – A liberação de recursos está condicionada a disponibilidade financeira do Convênio 794051/2013, firmado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e a Fundação Araucária.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Fica a CONVENIENTE responsável perante a CONCEDENTE, a prestar contas parcial e final dos valores repassados em decorrência deste Convênio, nos moldes da Resolução 28/2011, da Instrução Normativa nº 61/2011.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A Prestação de Contas Final deverá ser encaminhada a CONCEDENTE, até 30 dias (trinta) dias após o prazo de vigência do Convênio.



SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência do Convênio, devendo os documentos comprobatórios conter, além do nome do órgão ou entidade CONVENENTE, o número do referido Convênio.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Os prazos e condições para envio de Relatórios Técnicos parciais/finais ou sistema de avaliação estão dispostos na respectiva Chamada de Projetos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Juntamente com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná a fiscalização da execução do objeto deste convênio ocorrerá através do Fiscal Responsável nomeado pela CONCEDENTE, o Diretor Técnico (Científico) Prof. Dr. Luiz Márcio Spinosa, CPF 660.526.459-20, nomeado pelo Ato da Diretoria Executiva 007/2019 da Fundação Araucária e por seu Sistema Controle Interno.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Não sendo prestadas as contas devidas pela CONVENENTE, nos prazos estabelecidos, a CONCEDENTE, instaurará, dentro de 30 dias, a Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio poderá ser rescindido ou denunciado, formal e expressamente, a qualquer momento, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui motivo para rescisão deste Convênio o não cumprimento de quaisquer de suas Cláusulas, particularmente, quando da constatação das seguintes condições:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o seu objeto;
- b) Falta de apresentação dos relatórios de execução e de prestação de contas nos prazos estabelecidos.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Este Convênio poderá ser rescindido, a critério da CONCEDENTE, por motivo de interesse público, caso a CONVENENTE sofra alguma restrição futura.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

A ausência de prestação de contas, no prazo e formas estabelecidos, ou a prática de irregularidades na aplicação dos recursos, sujeita a CONVENENTE à instauração de Tomada de Contas Especial, para ressarcimento de valores, além de responsabilidade na esfera civil, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

É obrigatória a aplicação da logomarca da Fundação Araucária, do Governo do Estado do Paraná/SETI e do CNPq na divulgação e publicações relativas aos projetos apoiados por este Convênio, sendo vedada a publicidade que tenha caráter de promoção pessoal de autoridades, servidores ou funcionários dos entes signatários, de acordo com a Lei 12.020/98.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – As logomarcas supracitadas estão disponíveis no sítio da Fundação Araucária.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – As ações publicitárias atinentes a projetos e obras financiadas com recursos da União, deverão observar rigorosamente as disposições contidas no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, assim como aquelas consignadas nas Instruções da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República - atualmente a IN/Secom-PR nº 31, de 10 de setembro de 2003.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - O descumprimento parcial ou total desta cláusula implicará na devolução integral do recurso repassado para a execução do projeto.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

Fica assegurado a CONVENIENTE o direito de propriedade, mediante instrumento próprio, dos bens e materiais de natureza permanente a serem adquiridos, produzidos, transformados ou constituídos com os recursos transferidos pela Fundação Araucária. Extinto o Convênio serão adotados procedimentos de doação ou não, conforme legislação pertinente à matéria.

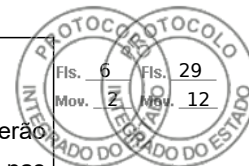
SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A Conveniente deverá observar os seguintes procedimentos em relação aos bens remanescentes:

- a) a instituição corresponsável concederá ao coordenador do projeto a autorização para utilizar e manter os bens sob sua guarda durante o período de execução do projeto, estipulando a obrigação do mesmo de conservá-los e não aliená-los;
- b) o coordenador deverá assumir o compromisso de utilizar os bens para fins científicos e tecnológicos e exclusivamente para a execução do projeto;
- c) o coordenador deverá comunicar à instituição corresponsável, imediatamente, qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
- d) em caso de furto ou de roubo, o coordenador deverá proceder ao registro da ocorrência perante a autoridade policial competente, informando de imediato à instituição corresponsável e diligenciando para que se proceda à investigação pertinente;
- e) o coordenador deverá informar à instituição corresponsável a devolução dos bens, em razão da conclusão do projeto ou da sua não utilização;
- f) a instituição corresponsável afixará destacadamente, em lugar visível dos bens, o selo de identificação do apoio financeiro proporcionado pela Fundação Araucária.

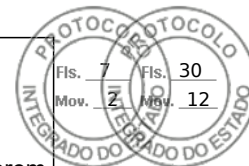
CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DO DIREITO À PROPRIEDADE

Fica assegurado à CONVENIENTE o direito à propriedade intelectual ou industrial do produto que vir a ser patenteado, produzido ou construído à conta dos recursos deste Convênio, nos termos do Art. 11. Inc. XII do Ato Normativo 001/2012.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – No caso das atividades realizadas originarem resultados materiais representados por inovações tecnológicas, invenções, aperfeiçoamento e novos conhecimentos aplicáveis às atividades econômicas produtivas e propiciarem incrementos de seu desempenho, aumento da produtividade dos fatores envolvidos, otimização do uso de recursos e insumos, ou, ainda, criações intelectuais passíveis de proteção, as partes obedecerão às determinações da Lei de Inovação nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, observando-se as normas da Fundação Araucária e as demais disposições legais vigentes.



CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO



Fico eleito o Foro de Curitiba, Capital do Paraná, para dirimir os possíveis litígios decorrentes deste Convênio e que não forem solucionados administrativamente.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, que também o subscrevem, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Curitiba, 05 de maio de 2020

Ramiro Wahrhaftig
Diretor-Presidente - Fundação Araucária
CONCEDENTE

Antonio Carlos Aleixo
UNESPAR
CONVENENTE

Gerson Koch
Diretor de Administração e Finanças
CONCEDENTE

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

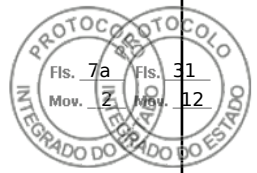
Existe dotação orçamentária e financeira para
liberação do recurso deste Projeto, do orçamento
de 2020

Gerson Koch
Diretor de Adm. e Finanças





ePROTOCOLO



Documento: **convenio060.pdf**.

Assinado digitalmente por: **Antonio Carlos Aleixo** em 29/04/2020 15:54.

Assinado por: **Antonio Carlos Aleixo** em 24/04/2020 15:36.

Inserido ao protocolo **16.549.742-2** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 24/04/2020 13:27.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:
4a5bfb4b4fef8ba8fac4db84156377a9.



ePROCOLO



Documento: **convenio060DATADO.pdf**.

Assinado digitalmente por: **Ramiro Wahrhaftig** em 12/05/2020 11:58.

Assinado por: **Fernanda Scheidt** em 05/05/2020 15:17.

Inserido ao protocolo **16.549.742-2** por: **Fernanda Scheidt** em: 05/05/2020 15:17.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:
ba5568f24d2feaf67f7519ba20b956.

Fundação Araucária

AUTORIZAÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

CONVÊNIO Nº: 060/2020
PROTOCOLO: 51.391
PROJETO: Vilas Rurais no Noroeste do Paraná: diagnóstico e perspectivas
COORDENADOR: Jorge Leandro Delconte Ferreira
INSTITUIÇÃO: UNESPAR
CHAMADA DE PROJETOS: CP 20/2018 PPP

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

RUBRICAS	CUSTO TOTAL
Diárias	R\$ 5.400,00
Hospedagem e Alimentação	R\$ 0,00
Passagens	R\$ 0,00
Material de Consumo	R\$ 5.290,00
Bolsas	R\$ 19.200,00
Outros serviços de Terceiros	R\$ 0,00
Material e Equipamento Permanente	R\$ 8.690,00
Pessoal	R\$ 0,00
Encargos	R\$ 0,00
TOTAL GERAL	R\$ 38.580,00

Autorizo, cumpridas as formalidades legais.

Em 05/05/2020

Ramiro Wahrhaftig
Presidente



ePROCOLO



Documento: **AutorizacaoProjetoscv060.2020.pdf**.

Assinado digitalmente por: **Ramiro Wahrhaftig** em 12/05/2020 11:58.

Inserido ao protocolo **16.549.742-2** por: **Fernanda Scheidt** em: 05/05/2020 15:17.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:
87ce1620f2ff406dd5183d2ba76f4a8e.

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA
ASSESSORIA JURIDICA

Protocolo: 16.549.742-2
Assunto: Documentos para a celebração do Convênio 060/2020 -
Fundação Araucária/Unespar
Interessado: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Data: 08/05/2020 10:02

DESPACHO

A minuta de convênio de mov. n. 12 está de acordo com a vontade das partes, tendo como objeto a implementação do projeto protocolado sob n. 51391, conforme resultado da Chamada Pública n. 020/18, publicado no Ato da Diretoria Executiva n. 05/2020. Verifica-se ainda não haver óbice jurídico à celebração do referido instrumento, estando de acordo com as normas preconizadas na Lei Estadual n. 15.608/07. O processo devidamente instruído com todas as certidões relativas a regularidade fiscal e certidão liberatória do TCE/PR, a minuta está apta a ser encaminhada para a diretoria da Fundação Araucária para assinatura, em conjunto com o documento de mov. n. 13.

Em seguida, devem ser adotadas providências para publicação do extrato do convênio em diário oficial, para que produza seus efeitos.

Luan Baptista da Silva
Advogado da Fundação Araucária



ePROTOCOLO



Documento: **Despacho_2.pdf**.

Assinado digitalmente por: **Luan Baptista da Silva** em 08/05/2020 10:02.

Inserido ao protocolo **16.549.742-2** por: **Luan Baptista da Silva** em: 08/05/2020 10:02.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:
40170e79587ba0439a0f41a07fa92df0.



EXTRATO DE CONVÊNIO/TERMO DE COLABORAÇÃO – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

Instrumento	Instituição	Valor	Objeto	Data assinatura	Vigência
CV 046/2020	UFPR	R\$ 41.000,00	Projeto 51.546 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 045/2020	UFPR	R\$ 41.000,00	Projeto 51.470 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 044/2020	UFPR	R\$42.900,00	Projeto 51.480 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 043/2020	UFPR	R\$41.000,00	Projeto 51.568 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 042/2020	UFPR	R\$ 49.990,00	Projeto 51.541 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 012/2020	UEM	R\$ 31.000,00	Projeto 51.862 – Chamada Pública 27/2018	05/05/2020	Vigência de 15 meses a partir da data de assinatura
CV 011/2020	UEM	R\$ 432.000,00	Projeto 52.192 – Chamada Pública 10/2019	05/05/2020	Vigência de 21 meses a partir da data de assinatura
CV 066/2020	UENP	R\$ 11.580,00	Projeto 51.502 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 065/2020	UENP	R\$ 47.640,00	Projeto 51.517 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 047/2020	UFPR	R\$ 50.000,00	Projeto 51.457 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 060/2020	UNESPAR	R\$ 38.580,00	Projeto 51.391 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 059/2020	UNESPAR	R\$ 25.300,00	Projeto 51.562 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 058/2020	UNESPAR	R\$ 30.080,60	Projeto 51.343 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura

CV 057/2020	UFPR	R\$ 39.746,69	Projeto 51.587 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 056/2020	UFPR	R\$ 41.000,00	Projeto 51.425 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 055/2020	UFPR	R\$ 38.313,31	Projeto 51.587 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 054/2020	UFPR	R\$ 41.000,00	Projeto 51.587 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 052/2020	UFPR	R\$ 50.000,00	Projeto 51.420 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 051/2020	UFPR	R\$ 50.000,00	Projeto 51.362 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 050/2020	UFPR	R\$ 49.773,72	Projeto 51.486 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 049/2020	UFPR	R\$ 30.000,00	Projeto 51.370 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 048/2020	UFPR	R\$ 48.647,30	Projeto 51.233 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 053/2020	UFPR	R\$ 28.550,00	Projeto 51.515 – Chamada Pública 20/2018	05/05/2020	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 007/2020	UNILA	R\$ 180.000,00	Projeto 52.237 – Chamada Pública 10/2019	05/05/2020	Vigência de 21 meses a partir da data de assinatura
CV 008/2020	UNILA	R\$ 127.093,00	Projeto 52.241 – Chamada Pública 11/2019	05/05/2020	Vigência de 16 meses a partir da data de assinatura
CV 016/2020	UNILA	R\$ 31.000,00	Projeto 51.870 – Chamada Pública 27/2018	05/05/2020	Vigência de 15 meses a partir da data de assinatura

Ramiro Wahrhaftig
 Presidente

Gerson Koch
 Diretor de Administração e Finanças
 37799/2020

**II TERMO ADITIVO
 ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
 Nº 14.972.792-2**

PARTES: FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, TECPAR E SEBRAE
OBJETO: Constitui objeto deste TERMO ADITIVO a PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA do Acordo de Cooperação Técnica nº 14.972.792-2, celebrado entre a FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, o TECPAR e o SEBRAE, referente ao “Programa de Apoio ao Sistema Regional de Inovação do Norte Pioneiro do Estado do Paraná”, para financiamento dos projetos aprovados no âmbito das Chamadas de Projetos 14/2017 e 16/2018, da Fundação Araucária, para 13 de dezembro de 2021, mantendo-se todas as demais cláusulas.

Curitiba, 05 de maio de 2020.
 RAMIRO WAHRHAFTIG
 Presidente
 GERSON KOCH
 Diretor de Administração e Finanças

37802/2020



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná



Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 020738673-24

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **03.579.617/0001-00**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 01/02/2020 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FUNDAÇÃO ARAUCARIA
CNPJ: 03.579.617/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:47:33 do dia 26/09/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/03/2020.

Código de controle da certidão: **0F39.2ECA.47BB.B191**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.579.617/0001-00

Razão Social: FUNDACAO ARAUCARIA

Endereço: AV AV COMENDADOR FRANCO 1341 CIETEP / JARDIM BOTANICO /
CURITIBA / PR / 80215-090

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/10/2019 a 02/11/2019

Certificação Número: 2019100401473146298012

Informação obtida em 04/10/2019 10:35:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Certidão Liberatória

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

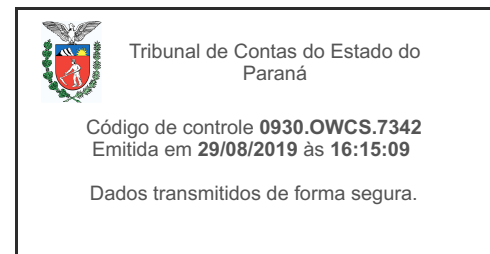
CNPJ Nº: 03.579.617/0001-00

FINALIDADE DA CERTIDÃO: RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS, MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, CONTRATO DE GESTÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE

É **CERTIFICADO**, NA FORMA DO ART. 95, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 113, DE 15/12/2005, E DOS ARTS. 289 E SEGUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE O **FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA** ESTÁ EM SITUAÇÃO **REGULAR** PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS.

VALIDADE: CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ O DIA 28/10/2019, MEDIANTE AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET EM WWW.TCE.PR.GOV.BR.

CERTIDÃO EXPEDIDA COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2012.





PARANÁ

Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 10 de janeiro de 2019
OF CEE/G 023/19

e-Protocolo n.º 15.537.456-0

Senhor Diretor-Geral,

Reportando-me ao OF DG/SETI 002/2019, apresento a Vossa Senhoria a indicação do Senhor RAMIRO WAHRHAFTIG, CPF 321.770.549-15, RG 952.291-3, para o cargo de Diretor-Presidente da Fundação Araucária.

Atenciosamente,


CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

Ao Senhor
LUIZ CEZAR PEDRINI KAWANO
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino
Superior
CURITIBA – PR

CTE/EE/EN/2019/05

Inserido ao protocolo 15.537.456-0 por: Maycon Vieira da Silva em: 14/01/2019 09:24.

Inserido ao protocolo 16.549.742-2 por: Gisele Maria Ratiguieri em: 05/06/2020 14:47.

CONSELHO SUPERIOR

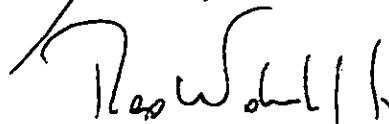
TERMO DE POSSE E COMPROMISSO TOMADO PELO MEMBRO DIRETOR- PRESIDENTE, NA FORMA ABAIXO:

Às 9 horas do dia 10 de janeiro de 2019, na sala de reuniões da Fundação Araucária perante o Presidente do Conselho Superior, Sr. Luiz Cezar Pedrini Kawano, conforme OF. CEE/G 023/19 e e-protocolo 15.537.456-0, nos termos do Estatuto da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, tomou posse no cargo e exercício de Diretor-Presidente, com vencimento fixado no nível E-15.

1. RAMIRO WAHRHAFTIG, RG 952.291-3; CPF 321.770.549-15.



Luiz Cezar Pedrini Kawano
Presidente do Conselho Superior da Fundação Araucária



Ramiro Wahrhaftig
Diretor-Presidente da Fundação Araucária

CONSELHO SUPERIOR

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO TOMADO PELO MEMBRO DIRETOR-PRESIDENTE, NA FORMA ABAIXO:

Às 9 horas do dia 10 de janeiro de 2019, na sala de reuniões da Fundação Araucária perante o Presidente do Conselho Superior, Sr. Luiz Cezar Pedrini Kawano, conforme OF. CEE/G 023/19 e e-protocolo 15.537.456-0, nos termos do Estatuto da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, tomou posse no cargo e exercício de Diretor-Presidente, com vencimento fixado no nível E-15.

1. RAMIRO WAHRHAFTIG, RG 952.291-3; CPF 321.770.549-15.

[Assinatura]

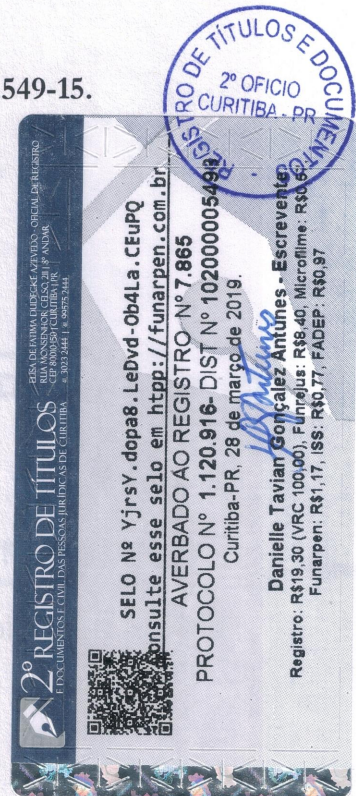
Luiz Cezar Pedrini Kawano

Presidente do Conselho Superior da Fundação Araucária

[Assinatura]

Ramiro Wahrhaftig

Diretor-Presidente da Fundação Araucária



2º Ofício Distribuidor de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas - Curitiba - PR
Nilo Ubirajara de Souza Sampaio - Titular

DISTRIBUÍDO SOB Nº 102-5498 AO 2º OFÍCIO

Selo Digital: gw22R . 0XJtp . iJbn - kaChD . hDwm
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

CUSTAS

Lei Estadual nº 11960/97, Tabela XVI-Distrib IIIa, III, IV e nota 2;
Cobrança selo em cumprimento ao Ofício do FUNARPEN VRCs 0,193

[X] DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs) R\$16,21



PARANÁ

Palácio Iguazu – Curitiba, 29 de janeiro de 2019
OF CEE/G 060/19

e-Protocolo n.º 15.554.642-5

Senhor Secretário,

Reportando-me ao OF GS/SETI 013/2019, apresento a Vossa Excelência a indicação do Senhor GERSON LUIZ KOCH, RG 754.751-0, para exercer o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro da Fundação Araucária.

Atenciosamente,



CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
LUIZ CEZAR PEDRINI KAWANO
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em
exercício
CURITIBA – PR

CEE/CEVF/JCS

**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

CONSELHO SUPERIOR

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO TOMADO PELO MEMBRO DIRETOR - PRESIDENTE, NA FORMA ABAIXO:

Às 9 horas do dia 29 de janeiro de 2019, na sala de reuniões da Fundação Araucária perante o Presidente do Conselho Superior, Sr. Luiz Cezar Pedrini Kawano, conforme OF. CEE/G 060/19 e e-protocolo 15.554.642-5, nos termos do estatuto da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, tomou posse no cargo e exercício de Diretor Administrativo e Financeiro, com vencimento, com vencimento fixado no nível E-14.

1. GERSON LUIZ KOCH, RG 754.751-0.



Luiz Cezar Pedrini Kawano
Presidente do Conselho Superior da Fundação Araucária



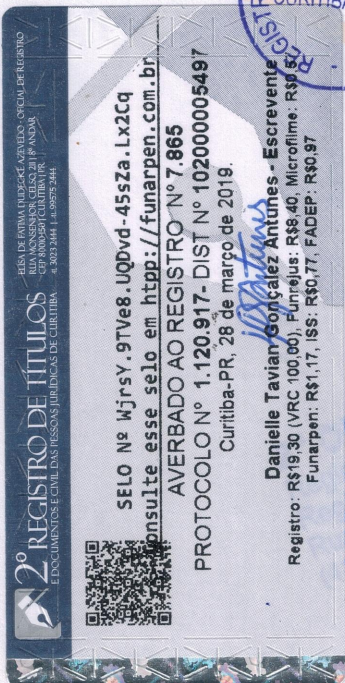
Gerson Luiz Koch
Diretor Administrativo e Financeiro

CONSELHO SUPERIOR

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO TOMADO PELO MEMBRO DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, NA FORMA ABAIXO:

Às 9 horas do dia 29 de janeiro de 2019, na sala de reuniões da Fundação Araucária perante o Presidente do Conselho Superior, Sr. Luiz Cezar Pedrini Kawano, conforme OF. CEE/G 060/19 e e-protocolo 15.554.642-5, nos termos do estatuto da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, tomou posse no cargo e exercício de Diretor Administrativo e Financeiro, com vencimento fixado no nível E-14.

1. GERSON LUIZ KOCH, RG 754.751-0.



Luiz Cezar Pedrini Kawano

Luiz Cezar Pedrini Kawano

Presidente do Conselho Superior da Fundação Araucária

Gerson Luiz Koch

Gerson Luiz Koch

Diretor Administrativo e Financeiro

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
de Títulos e Documentos
Distrito Civil de Pessoas Jurídicas
a Mal. Deodoro, 37 - Sala 504
Curitiba - PR
3225-3905

2º Ofício Distribuidor de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas - Curitiba - PR
Nilo Ubirajara de Souza Sampaio - Titular

DISTRIBUÍDO SOB Nº 102-5497 AO 2º OFÍCIO

Selo Digital: gw22R . 0XJtp . Etbjn - bPvhd . hDws
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

CUSTAS
Lei Estadual nº11960/97, Tabela XVI-Distrib II, III, IV e nota 2:
Cobrança selo em cumprimento ao Ofício do FUNARPEN VRCs 0,193

[DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs)	R\$16,21
[AVERBAÇÃO (26 VRCs)	R\$ 6,01
[SELO	R\$ 2,34

Curitiba, 07/02/2019

Assessoria Jurídica
Júlio Cezar A. Silva
OAB/PR 51062



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

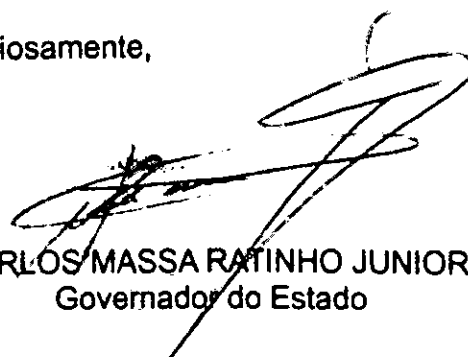
Palácio Iguaçu – Curitiba, 4 de fevereiro de 2019
OF CEE/G 072/19

e-Protocolo n.º 15.554.642-5

Senhor Secretário,

Reportando-me ao OF GS/SETI 013/2019, apresento a Vossa Excelência a indicação do Senhor LUIZ MÁRCIO SPINOSA, RG 3.439.606-0, para exercer o cargo de Diretor Técnico da Fundação Araucária.

Atenciosamente,



CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
LUIZ CEZAR PEDRINI KAWANO
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em
exercício
CURITIBA – PR

CEE/CBVFUQ/8

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora da Saúde, s/nº | 81530-900 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fones: (41) 3366-2000 | Fax: (41) 3366-2000 | www.parana.gov.br

CONSELHO SUPERIOR

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO TOMADO PELO MEMBRO DIRETOR TÉCNICO, NA FORMA ABAIXO:

Às 9 horas do dia 04 de fevereiro de 2019, na sala de reuniões da Fundação Araucária perante o Presidente do Conselho Superior, Sr. Luiz Cezar Pedrini Kawano, conforme OF. CEE/G 072/19 e e-protocolo 15.554.642-5, nos termos do estatuto da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, tomou posse no cargo e exercício de Diretor Técnico, com vencimento fixado no nível E-14.

1. LUIZ MÁRCIO SPINOSA, RG 3.439.606-0.

Kawano
Luiz Cezar Pedrini Kawano
Presidente do Conselho Superior da Fundação Araucária

Spinosa
Luiz Márcio Spinosa
Diretor Técnico

2º REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE CURITIBA

SELO Nº 2jrsY.Vef4y.A5Dv4-7spma.cEIQz
consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>
AVERBADO AO REGISTRO Nº 7.865
PROTOCOLO Nº 1.120.918- DIST Nº 103000004217
Curitiba-PR, 28 de março de 2019.

Danielle Tavian Gonzalez Antunes - Escrevente
Registro: R\$19,30 (VRC 100,00), Funarpen: R\$8,40, Microfilme: R\$0,50
Funarpen: R\$1,17, ISS: R\$0,77, FADEP: R\$0,97

2º Ofício Distribuidor de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas - Curitiba - PR
Nilo Ubirajara de Souza Sampaio - Titular

DISTRIBUÍDO SOB Nº 103-4217 AO 2º OFÍCIO

Selo Digital: VTcUS . IrErZ . 6J9jn - npbhd . hDmb
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

CUSTAS

Lei Estadual nº11960/97, Tabela XVI-Distrib I, II, III, IV e nota 2;
Cobrança selo em cumprimento ao Ofício do FUNARPEN VRCs 0,193

1-DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs)	R\$16,21
1-AVERBAÇÃO (26 VRCs)	R\$ 6,01
1-SELO	R\$ 2,34
Curitiba, 22/03/2019	

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
Diretoria de Projetos e Convênios

Protocolo: 16.549.742-2
Assunto: Documentos para a celebração do Convênio 060/2020 -
Fundação Araucária/Unespar
Interessado: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Data: 05/06/2020 15:53

DESPACHO

Paranavaí, 05/06/2020.

Senhor Procurador Jurídico.

Considerando:

o Termo de Convênio 060/2020 entre a Fundação Araucária e a Unespar,
às folhas 02 a 07;

o Projeto às folhas 08 a 15;

a coordenação do Convênio pelo Prof. Jorge Leandro Delconte Ferreira;

o Parecer Jurídico da Fundação Araucária, à folha 33;

as certidões negativas da Fundação Araucária às folhas 35 a 38;

os Termos de Posse da Diretoria Executiva da Fundação Araucária às
folhas 39 a 46;

os prazos estipulados pela Fundação Araucária para assinaturas dos
Termos de Convênio.

Esta Diretoria, solicita por gentileza, Parecer Jurídico, com base nas
considerações acima citadas e, se for o caso, dispensa de licitação para
apreciação e aprovação dos membros do CAD, ad referendum.

Sendo o que se nos apresenta, renovamos protestos de estima e
consideração.

Respeitosamente,

Gisele Ratigueri

Diretora de Projetos e Convênios - UNESPAR



PARECER N. 034/2020-PROJUR/UNESPAR

Protocolo Digital: 16.549.742-2

EMENTA: Termo de Convênio: 060/2020 – CP 20/2018.

Objeto: Minuta do Termo de Convênio entre a Fundação Araucária e a UNESPAR – Vilas Rurais no Noroeste do Paraná: diagnóstico e perspectivas

Interessado(s): UNESPAR/Gabinete Reitoria/Campo Mourão.

I- Histórico

Trata-se de processo encaminhado pela Diretora de Projetos e Convênios – UNESPAR, Sra. Gisele Ratigueri, solicitando parecer técnico acerca da Minuta do Termo de Convênio entre a Fundação Araucária e a Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, tendo como título do Projeto: Vilas Rurais no Noroeste do Paraná: diagnóstico e perspectivas, nos termos do Protocolo Digital n.º 16.549.742-2, controlado pelo Sistema de Protocolo Integrado WEB E-PROTOCOLO, sendo encaminhado o volume do processo eletrônico e o fluxo de trabalho.

O Processo segue acompanhado dos seguintes documentos:

Fl. 02 a 07 – Convênio 060/2020 – Fundação Araucária e UNESPAR, tendo como título do projeto: Vilas Rurais no Noroeste do Paraná: diagnóstico e perspectivas;

Fls. 08 a 15 – Projeto – Plano de Trabalho, tendo como coordenador o Prof. Jorge Leandro Delconte Ferreira, e tem como objetivo mapear a estrutura, atividades desenvolvidas e características locais das vilas rurais da região da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão – COMCAM, bem como a efetividade da política pública de implantação de vilas rurais;

Fls.16 - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à



Dívida Ativa da União, em nome da Universidade Estadual do Paraná;

Fls. 17 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em nome da Universidade Estadual do Paraná;

Fls. 18 - Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual em nome da Universidade Estadual do Paraná;

Fls. 19 - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, em nome da Universidade Estadual do Paraná;

Fls. 20 - Certidão Negativa de Débitos Municipal (Paranavaí), em nome da Universidade Estadual do Paraná;

Fls. 21 - Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em nome da Universidade Estadual do Paraná;

Fls. 22 e 23 – Proposta/Contrato de Abertura de Conta, Banco do Brasil, em nome da Universidade Estadual do Paraná;

Fls. 24 – Despacho da Sra. Fernanda Scheidt, informando que o convenio está apto para assinatura;

Fls. 25 a 30 - CONVÊNIO: 060/2020;

Fls. 31 e 32 - Autorização para Liberação de Recursos - Total Geral R\$ 38.580,00;

Fls. 33 – DESPACHO do Dr. Luan Baptista da Silva - Advogado da Fundação Araucária, informando que a minuta está apta a ser encaminhada para a diretoria da Fundação Araucária para assinatura;

Fls. 34 - Publicação no Diário Oficial do Paraná – Edição 10679, do Extrato de Convênio – Fundação Araucária;

Fls. 35 – Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual, em nome da Fundação Araucária;

Fls. 36 - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à



Dívida Ativa da União, em nome da Fundação Araucária;

Fls. 37 - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, em nome da Fundação Araucária;

Fls. 38 - Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em nome da Fundação Araucária;

Fls. 39 - Ofício do Governador do Estado par o Diretor Geral da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, apresentando o Sr. Ramiro Wahrhafitg, para o cargo de Diretor-Presidente da Fundação Araucária;

Fls. 40 e 41 – Termo de Posse do Sr. Ramiro Wahrhafitg, para o cargo de Diretor-Presidente da Fundação Araucária;

Fls. 42 - Ofício do Governador do Estado par o Diretor Geral da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, apresentando o Sr. Gerson Luiz Koch, para o cargo de Diretor-Financeiro da Fundação Araucária;

Fls. 43 e 44 - Termo de Posse do Sr. Gerson Luiz Koch, para o cargo de Diretor-Financeiro da Fundação Araucária;

Fls. 45 - Ofício do Governador do Estado par o Diretor Geral da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, apresentando o Sr. Luiz Márcio Spinosa, para o cargo de Diretor-Técnico da Fundação Araucária;

Fls. 46 - Termo de Posse do Sr. Luiz Márcio Spinosa, para o cargo de Diretor-Técnico da Fundação Araucária;

Fls. 47 – Despacho da Diretora de Projetos e Convênios – UNESPAR, solicitando Parecer Jurídico, e dispensa de licitação, se for o caso. Informa ainda que o Termo de Convênio, após o Parecer Jurídico, será encaminhado para apreciação do CAD, para aprovação *ad referendum*.

Feito o breve relatório, seguem as considerações.

II- Minuta do Termo de Convênio 060/2020

A Minuta do Termo de Convênio 060/2020, tem como objeto a implementação



do projeto protocolado sob o número: 51.391, com repasse financeiro da Fundação Araucária para a Unespar, contemplado no Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores Programa Primeiros Projetos – PPP (Convênio CNPq/Fundação Araucária), CHAMADA PÚBLICA 20/2018.



Destaca a seguinte cláusula:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio a implementação do projeto protocolado sob o número: 51.391, mediante o repasse de recursos financeiros da concedente à conveniente, contemplado no Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores Programa Primeiros Projetos – PPP (Convênio CNPq/Fundação Araucária), CHAMADA PÚBLICA 20/2018, prevista na Ata do CCT nº 24, de 25 de abril de 2018, publicada em 22 de outubro de 2018 e conforme resultado publicado em 10 de fevereiro de 2020.

O prazo de vigência do Convênio é de 27 (vinte e sete) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser alterado, inclusive para ter seu prazo de vigência prorrogado, mediante termo aditivo, conforme elencado na Cláusula Terceira - Da Vigência.

Tem-se que o valor do Convênio é de R\$. 38.580,00 (Trinta e oito mil quinhentos e oitenta reais), bem como a liberação dos financeiros serão efetuadas em parcelas, obedecendo ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho. (fls. 27).

A fiscalização do convênio por parte da Fundação Araucária ficará a cargo do o Diretor Técnico (Científico) Prof. Dr. Luiz Márcio Spinosa, conforme a clausula Sétima.

Já a Unespar, tem como coordenador do projeto o Prof. Jorge Leandro Delconte Ferreira, que respectivamente acompanhará e fiscalizará a execução do convênio (fls. 08).

Na Cláusula Décima Terceira estabelece que o Foro de Curitiba, fica eleito para dirimir os possíveis litígios decorrentes do Convênio.

III- Da Legislação

A Lei 15.608/2007, que estabelece as normas sobre licitações, contratos



administrativos e convênios no âmbito dos poderes do Estado do Paraná, dispõe:



Art. 4º. Para os fins desta lei considera-se:

[...]

XI – Contrato – ajuste firmado por órgãos ou entidades da Administração Pública entre si ou com particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada;

XII – Convênio – **acordo**, ajuste ou instrumento congêneres firmado por entidades públicas entre si ou com particulares, para a consecução de objetivos comuns, sem remuneração ou cobrança de taxas entre os partícipes; (Destaque nosso).

[...]

Art. 134. A celebração de convênio, **acordo** ou ajuste pelo Estado do Paraná e demais entidades da Administração depende de prévia aprovação do competente plano de trabalho proposto pela organização interessada [...] (**Grifo nosso**).

Desse modo, o presente Convênio deve ser implementado em conformidade com a Lei 8.666/93 e a Lei do Estado do Paraná 15.608/2007, bem como observando o Manual de Convênios UNESPAR (agosto/2018).

Portanto, para sua celebração, o processo deve ser instruído pelos documentos elencados nos artigos 136 e 137 da Lei 15.608/2007, que estabelece as normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos poderes do Estado do Paraná, que estabelece os documentos que deverão instruir o **convênio** (acordo), *verbis*:

136. Os processos destinados à celebração de convênio deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - ato constitutivo da entidade conveniente;

II - comprovação de que a pessoa que assinará o convênio detém competência para este fim específico;

III - prova de regularidade do conveniente para com as Fazendas Públicas;

IV - prova de regularidade do conveniente para com a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND), e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação (CRS);

V - plano de trabalho detalhado, com a clara identificação das ações a serem implementadas e da quantificação de todos os elementos;

VI - prévia aprovação do plano de trabalho pela autoridade competente;

VII - informação das metas a serem atingidas com o convênio;

VIII - justificativa da relação entre custos e resultados, inclusive para aquilatação da equação custo/benefício do desembolso a ser realizado pela Administração em decorrência do convênio;

IX - especificação das etapas ou fases de execução, estabelecendo os prazos de início e conclusão de cada etapa ou fase programada;

X - orçamento devidamente detalhado em planilha;

XI - plano de aplicação dos recursos financeiros;

XII - correspondente cronograma de desembolso;

XIII - indicação das fontes de recurso e dotação orçamentária que



assegurarão a integral execução do convênio;
XIV - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
XV - declaração do ordenador de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
XVI - declaração do ordenador de despesa de que existe disponibilidade de caixa para pagamento das despesas decorrentes de convênio a ser celebrado nos dois últimos quadrimestres do mandato.



Outrossim, observe-se que a minuta contida no processo deve apresentar, além dos itens elencados no art. 136 da Lei 15.608/2007, também os documentos dispostos no artigo 137, em que:

Art. 137. A minuta do convênio deve ser adequada ao disposto no artigo anterior, devendo, ainda, contemplar:

- I** - detalhamento do objeto do convênio, descrito de forma precisa e definida;
- II** - especificação das ações, item por item, do plano de trabalho, principalmente as que competirem à entidade privada desenvolver;
- III** - previsão de prestações de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada, correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma de desembolso, sob pena de obstar o repasse das prestações financeiras subsequentes;
- IV** - indicação do agente público que, por parte da Administração, fará o acompanhamento e a fiscalização do convênio e dos recursos repassados, bem como a forma do acompanhamento, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto do convênio;
- V** - previsão de que o valor do convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela Administração de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo;
- VI** - previsão da necessidade de abertura de conta específica para aplicação dos recursos repassados.

Quanto aos convênios na UNESPAR, vale destacar a competência do Conselho de Planejamento, Administração e Finanças – CAD-, nos projetos e ações posteriores ao Credenciamento, nos termos do Regimento Interno da UNESPAR, *verbis*:

- Art. 9º Compete ao Conselho de Planejamento, Administração e Finanças:
[...]
II. aprovar os convênios firmados entre a Universidade e outras instituições;
[...]
VI. deliberar sobre convênios, acordos de cooperação e contratos entre unidades universitárias e entidades oficiais ou particulares, para a realização de atividades didáticas e de pesquisa, bem como as concernentes à extensão de serviços à comunidade;

Observa-se, portanto as fls. 47, que será encaminhado a Minuta do Termo de Convênio para apreciação do CAD, para aprovação *ad referendum*, após apreciação jurídica, segundo a Diretora de Projetos e Convênios – UNESPAR.



Já em relação aos Termos de Convênio entre a UNESPAR e Fundações Privadas, em geral, além das Certidões Negativas de Débitos – Conjunta Federal, Tributos Federais, CND Estadual, FGTS, Trabalhista e CND Municipal da Fundação, são necessários, dentre outros:

- Documento de Aprovação do Estatuto pelo Ministério Público, conforme art. 764 do Código de Processo Civil;
- Recibo de entrega de prestação de contas anual ao Ministério Público, nos termos dos artigos 62 a 69 do Código Civil;
- Carta de Representação e Prestação de Contas ao Ministério Público, nos termos dos artigos 62 a 69 do Código Civil;
- Relatório de Informações Digitadas para conferência do Ministério Público, incluindo Estatuto, Demonstrativo de ativo/passivo/despesas/superávit ou déficit/fluxo de caixa/Plano de Contas/Relatório de Atividades, dentre outras, ao Ministério Público, nos termos dos artigos 62 a 69 do Código Civil.

IV- Da dispensa de licitação – Fundação Araucária

No que se refere aos termos de convênio, vale observar, aplica-se a Lei de Licitações (Lei 8666/93), no que couber, conforme art. 116. Quando se tratar de uma convergência de interesses, onde inexistam ações de natureza contratual, e quando se tratar de convênios entre entes da federação não há que se falar em licitação ou dispensa de tal.

Porém, quando o convênio for entre entidades estatais e entidades particulares, existe a necessidade ou ao menos pode ser questionada a necessidade de licitação. Aparentemente a Lei federal de licitações silencia-se sobre a questão.

Consta na Lei de licitações do Paraná:

Art. 133. Constitui o convênio uma forma de ajuste entre o Poder Público e entidades públicas ou privadas, buscando a consecução de objetivos de interesse comum, por colaboração recíproca, distinguindo-se dos contratos pelos principais traços característicos:
I - igualdade jurídica dos partícipes;





- II - não persecução da lucratividade;
- III - possibilidade de denúncia unilateral por qualquer dos partícipes, na forma prevista no ajuste;
- IV - diversificação da cooperação oferecida por cada partícipe;
- V - responsabilidade dos partícipes limitada, exclusivamente, às obrigações contraídas durante o ajuste.

Art. 134. A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelo Estado do Paraná e demais entidades da Administração depende de prévia aprovação do competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I - identificação do objeto a ser executado;
- II - metas a serem atingidas;
- III - etapas ou fases de execução;
- IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;
- V - cronograma de desembolso;
- VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;
- VII - comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

§ 1º. Os convênios, acordos, ou ajustes que não impliquem repasse de verba pela entidade conveniente poderão prescindir das condições previstas nos incisos IV e V deste artigo.

§ 2º. O plano de trabalho deverá ser elaborado com a observância dos princípios da Administração Pública, especialmente os da isonomia, sustentabilidade ambiental, eficiência, economicidade, proporcionalidade, razoabilidade e da forma mais vantajosa para a Administração.

§ 3º. O plano de trabalho deve detalhar as ações a serem implementadas e, envolvendo construções e/ou reformas, ser acrescido do projeto próprio, aprovado pelos órgãos competentes e acompanhado de cronograma físico-financeiro da obra.

De toda forma, conforme o referido dispositivo da Lei federal, bem como da Lei estadual, o termo de convênio deve ter seu objeto identificado, as fases da execução, com as metas a serem atingidas, mediante um plano de aplicação dos eventuais recursos financeiros, e no que mais for necessário ao desiderato, conforme a lei e os princípios da Administração.

A Fundação Araucária, no entanto, em que pese ser uma instituição dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, opera recursos públicos. Nesse sentido, é tratada pelos órgãos de controle, em especial o TCE-PR, com as mesmas exigências aplicadas aos demais órgãos governamentais.



Destarte, por se tratar de uma convergência de interesses, entre a Fundação Araucária e a Unespar não há que se falar em obrigatoriedade de um processo ou de mesmo de dispensa de licitação.

Quanto ao foro competente, observa-se, consta no Termo de Convênio em análise o Foro de Curitiba, Capital do Paraná. Destaca-se da Lei de 13.283/2001 (Lei de Criação da UNESPAR), *verbis*:

Art. 1º. [...] Parágrafo único. A UNESPAR terá sede no Município de Paranavaí e foro nas Comarcas onde estão jurisdicionadas as Instituições Estaduais de Ensino Superior.

Nesse sentido, sem observações, considerando que a Universidade é *multicampi* e possui dois de seus campi na Capital, além de um escritório administrativo.

V- Conclusão

Com os apontamentos acima, essa Procuradoria Jurídica manifesta-se pela viabilidade de firmar o Termo de Convênio, entre a Fundação Araucária e a Unespar, no que se refere aos pressupostos jurídicos, mediante aprovação pelo CAD, para cada ajuste entre a Instituição e a referida Fundação, em que busquem a execução de objetivos de interesse comum, mediante a celebração de convênio/acordo, devidamente instruídos e atendendo os dispostos nos artigos 136 e 137 da Lei 15.608/2007, nos termos do Protocolo: 16.549.742-2.

É o parecer.

Paranavaí, 18 de Junho de 2020.

Paulo Sergio Gonçalves
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
Procurador Jurídico
kd





ePROTOCOLO



Documento: **PARECER0342020PROJURPJ16.549.7422CONVENIOFUNDACAOVILASRURAISCM.pdf**.

Assinado por: **Paulo Sergio Goncalves** em 19/06/2020 12:03.

Inserido ao protocolo **16.549.742-2** por: **Paulo Sergio Goncalves** em: 19/06/2020 12:03.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:
83af1b7f9aa270f6fa04c318119cbc8d.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Diretoria de Projetos e Convênios

Protocolo: 16.549.742-2
Assunto: Documentos para a celebração do Convênio 060/2020 -
Fundação Araucária/Unespar
Interessado: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Data: 19/06/2020 12:21

DESPACHO

Paranavaí, 19/06/2020.

À Secretaria do Conselho de Administração e Finanças - CAD da
Universidade Estadual do Paraná - Unespar

Assunto: Apreciação e aprovação no Conselho de Planejamento,
Administração e Finanças - CAD

Prezados(as) Senhores(as),

Considerando:

o Termo de Convênio 060/2020 entre a Fundação Araucária e a Unespar,
às folhas 02 a 07;

o Projeto às folhas 08 a 15;

a coordenação do Convênio pelo Prof. Jorge Leandro Delconte Ferreira;

o Parecer Jurídico da Fundação Araucária, à folha 33;

as certidões negativas da Fundação Araucária às folhas 35 a 38;

os Termos de Posse da Diretoria Executiva da Fundação Araucária às
folhas 39 a 46;

os prazos estipulados pela Fundação Araucária para assinaturas dos
Termos de Convênio.

o parecer do Procurador Jurídico da Unespar, Paulo Sérgio Gonçalves.

Esta Diretoria, solicita a apreciação do CAD, com base nos documentos do
presente protocolado.

Sendo o que se nos apresenta, renovamos protestos de estima e
consideração.

Respeitosamente,

Gisele Ratiguieri





ePROCOLO



Documento: **Despacho_4.pdf**.

Assinado por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 19/06/2020 12:22.

Inserido ao protocolo **16.549.742-2** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 19/06/2020 12:21.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:
76f5a10e10b6e9f51be43544d5387643.